

IR 2026: Isenção até R\$ 5 mil já aumenta salário líquido de milhões

Os impactos da nova tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) começaram a ser sentidos neste mês no contracheque de trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil brutos. Com a mudança, essa faixa de renda passou a ser totalmente isenta do imposto. Já quem ganha entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350 tem redução gradual do IR retido na fonte. As regras valem para salários pagos desde janeiro, com reflexo a partir de fevereiro.

Segundo o Ministério da Fazenda, cerca de 16 milhões de brasileiros serão beneficiados. A isenção alcança trabalhadores com carteira assinada, servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS ou de regimes próprios, incluindo o décimo terceiro salário. Rendimentos acima de R\$ 7.350 continuam seguindo a tabela progressiva, com alíquota máxima de 27,5%.

Apesar do impacto positivo no orçamento, muitos trabalhadores ainda desconhecem a

mudança. Especialistas alertam que a aplicação da nova tabela é automática, mas recomendam atenção ao contracheque. Também destacam a importância de uma melhor comunicação por parte dos empregadores para evitar dúvidas.

A renúncia fiscal estimada em R\$ 25,4 bilhões será compensada pela criação do Imposto de Renda Pessoa Física Mínimo (IRPFM), que atinge contribuintes de alta renda. A nova cobrança incide sobre quem recebe acima de R\$ 50 mil mensais ou R\$ 600 mil anuais, com alíquotas progressivas de até 10%, incluindo lucros, dividendos e aplicações financeiras.

As mudanças na tabela só terão reflexo na declaração anu-



al em 2027, referente aos rendimentos de 2026. Para a declaração de 2025, entregue este ano, nada muda. As deduções permanecem as mesmas, como dependentes, educação e desconto simplificado.

Especialistas orientam que trabalhadores com mais de uma fonte de renda fiquem atentos, pois podem precisar complementar o imposto na declaração anual, mesmo estando dentro da faixa de isenção mensal.



Portaria regulamenta a Indenização de Campo no âmbito do Ministério do Meio Ambiente

Avanço é reconhecimento de direito previsto desde 2013 e que aguardava regulamentação desde 2016. Luta e mobilização da categoria foram fundamentais no processo. Na terça, 3, Condsef/Fenadsef participa de live na TV Ascema para falar dessa conquista.

[Matéria completa em cut.org.br](http://cut.org.br)



Hugo Motta determina tramitação conjunta de PLs que tratam de carreiras do Executivo

Os projetos de lei (PLs) que tratam de reestruturação de carreiras, reajustes remuneratórios e criação de cargos no Poder Executivo Federal foram apensados por determinação do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos/PB). A relatoria do conjunto de propostas ficou a cargo do deputado Átila Lira (PP/PI), que deverá apresentar parecer único no Plenário.

Com isso, o PL 6170/2025 passa a tramitar em conjunto com os PLs 5893/2025, 5874/2025 e o PL 1/2026. Por tramitarem em urgência constitucional, as matérias passam a trancar a pauta do Congresso Nacional a partir de 28 de fevereiro. O prazo para apresentação de emendas será aberto após a inclusão dos projetos na pauta, sendo exigido o apoio mínimo de 103 parlamentares, com possibilidade de subscrição por líderes ou vice-líderes partidários.

Em live com participação de sua assessoria jurídica e da subseção do Dieese, a Condsef/Fenadsef divulgou que, ao menos, vinte emendas estão sendo construídas para corrigir distorções detectadas nos PLs encaminhados pelo governo diretamente ao Congresso Nacional sem diálogo com entidades representativas dos servidores. Apenas as áreas do MEC e da Cultura tiveram algum acompanhamento, fruto de intensos processos de mobilização. No caso da Cultura, houve greve, enquanto os servidores do MEC permaneceram mobilizados por semanas em frente ao ministério, o que garantiu interlocução entre MGI e os órgãos envolvidos.

Apesar de reconhecer avanços reais em remuneração e auxílios, o crescimento das distorções é um problema grave nesse cenário. “O governo está privilegiando setores e construindo um serviço público elitizado, e isso é um erro”, afirmou o diretor jurídico da Condsef/Fenadsef, Edison Cardoni.

Conteúdo dos projetos

O PL 6170/2025 reúne um amplo conjunto de medidas voltadas à gestão de pessoal do Executivo Federal. Entre os principais pontos estão a criação e reestruturação de carreiras, como a de Analista Técnico do Poder Executivo e o cargo de Analista em Atividades Culturais; a instituição do Reconhecimento de Saberes e Competências para técnico-administrativos em educação; reajustes remuneratórios; criação da Gratificação Temporária de Execução e Apoio a Atividades Técnicas e Administrativas (GTATA); além de mudanças nas regras de progressão, lotação, movimentação e regimes especiais de trabalho.

O texto também autoriza perícias médicas por telemedicina, altera normas de contratação temporária, cria cargos na Anvisa e no Ministério da Educação, amplia indenizações em localidades estratégicas, transforma cargos vagos em novos cargos efetivos, institui quadro suplementar em extinção e cria um Programa de Desligamento Incentivado.

Já o PL 5874/2025 prevê a criação de 16.363 cargos efetivos no MEC, destinados a professores, técnicos e analistas, além da criação de duas carreiras de nível superior no Ministério da Gestão e da Inovação

em Serviços Públicos (MGI), totalizando 1.500 novos cargos. O PL 5893/2025 institui o Plano Especial de Cargos e o Quadro Suplementar do MEC, com regras de enquadramento, transformação de cargos vagos e gratificação de desempenho. O PL 1/2026, por sua vez, altera a Lei nº 11.892/2008 para criar o Instituto Federal do Sertão Paraibano.

Impactos e mobilização

Diante do avanço das propostas, a Condsef/Fenadsef volta a reforçar a importância de construir estratégias de mobilização para consolidar a apresentação das emendas apontadas como necessárias aos PLs.

O acompanhamento das propostas deve ser permanente, tanto no Congresso quanto no diálogo com o Executivo. A orientação é que entidades filiadas e servidores intensifiquem a mobilização junto a parlamentares nos estados e também construindo uma força tarefa em Brasília, especialmente com a retomada dos trabalhos legislativos, para buscar ajustes que garantam isonomia, valorização e inclusão de todas as categorias do serviço público federal.

O secretário-geral da Confederação, Sérgio Ronaldo da Silva, reforça o compromisso da entidade com todos os servidores. “Para nós da Condsef, não soltaremos a mão de ninguém, independentemente da situação funcional, sejam servidores ativos, aposentados ou pensionistas. A luta só será vencedora se houver unidade e mobilização”, concluiu.

Fonte: Condsef